

“AS FITAS DA INFÂNCIA” OU... DIALOGANDO A PARTIR DE IMAGENS CINEMATOGRAFICAS DE CRIANÇAS

Manuela Ferreira*, João Caramelo*,
Maria José Araújo**, Humberto Lopes** (organizadores)

Fugindo ao formato a que nos habituou a secção “Diálogos sobre o Vivido”, é o espaço do olhar que multiplica no ecrã mil e um retratos da infância que aqui se nos oferece como mote para reflectir os jogos de espelhos entre os universos da infância e o dos adultos, sejam eles de inversão, subversão, troca ou identificação.

Descrevendo situações em tempos e espaços mais longínquos ou próximos do (nosso) contexto actual, a presença

de crianças no cinema confere-lhes uma especificidade, uma força visual, um poder imaginário que as (re)inventa, ora na transcendência de versões idealizadas da sua inocência, capazes de transformar o conteúdo do real, ora na de perigosos “mutantes” que revelam uma natureza cruel e bestial, insolente e perversa, ora na de “adultos” à força que assim denunciam a sua condição de vítimas da História. Por isso, mais do que um simples entretém ou estado de expressão, os filmes com/sobre crianças realizados por adultos, ao reflectirem imagens delas e da sociedade, têm a virtude de, não raras vezes, nos colocarem perante a perplexidade de não estarmos apenas a ver um filme, mas a sermos vistos por ele.



* Docentes na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

** Licenciados em Ciências da Educação

Foi a possibilidade do cinema - enquanto produtor e difusor de imagens da criança que directa ou indirectamente interferem no modo como a percebemos e nos relacionamos com ela - poder incluir uma dimensão de interrogação que esteve na origem da organização de um ciclo de cinema sobre a infância intitulado "As *fitas* da infância"¹ A selecção de um conjunto de 6 filmes² que se oferecessem como pretexto para debater os modos como as crianças e as infâncias nas suas relações com os adultos foram por estes retratadas, nas dimensões do espaço, tempo, corpo, cultura e trabalho, visava assim perturbar tais representações por mor da consciencialização da co-existência de infâncias plurais e desiguais e do carácter socialmente construído das categorias humanas Daí que a presença de comentadores provenientes de diferentes áreas disciplinares e/ou com experiência pessoal e/ou profissional com crianças se tenha constituído como uma oportunidade para promover o confronto de ideias numa perspectiva multidisciplinar

A presente secção dos "Diálogos sobre o Vivido" procura então, na medida do possível, recriar e devolver, sob a forma escrita, o contexto em que decorreram três das sessões das "*Fitas da Infância*" Na impossibilidade de publicar na íntegra quer o conteúdo narrativo de cada uma das "histórias", quer a transcrição de todo o conteúdo³ dos "diálogos vividos" preservando toda a dinâmica da oralidade, começamos por apresentar a sinopse dos filmes, logo seguida das intervenções dos/as respectivos/as comentadores/as⁴.

¹ A realização do ciclo de cinema sobre a infância "As *fitas* da infância", que decorreu entre Janeiro e Maio de 1999, inseriu-se no trabalho que vem sendo desenvolvido no contexto da Licenciatura em Ciências da Educação da FPCE-UP, em particular das disciplinas de Ciências Sociais, Sociologia da Educação e Estágio, e contou com a participação de professores (Manuela Ferreira e João Caramelo), alunos/as (Elsa Santos, Fernando Bastos, Fernando Santos Silva, Humberto Lopes, Maria José Araújo e Teresa Medina), o apoio incondicional do CIEE (Prof. Steve Stoer e Dr.ª Helena Barbieri) e ainda dos Serviços Audio-visuais (Sr. Araújo e Sr. Roxo). Todas as sessões decorreram na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

² *O Mundo Perfeito*, de Clint Eastwood, EUA, 1993, *O Ladrão de Crianças*, de Gianni Amelio, 1992, Itália, *Salam Bombaim* de Mira Nair, Índia, *O Puto*, de Maurice Pialat, França, *O Tambor*, de Volker Schlöndorff, Alemanha, 1979, *O Senhor das Moscas*, de Peter Brook, EUA, 1963

³ A transcrição das cassetes foi realizada por Irene e Leonor Terraseca

⁴ Participaram como comentadores dos filmes os Profs. Steve Stoer, Isabel Menezes, Cândido Agra e Celina Manita, Manuel Matos, Marina Lencastre, Cristina Rocha, todos/as professores/as da FPCE - UPorto, Mílfe Ribeiro dos Santos (ESE-Porto), Teresa Seabra (ISCIE), Manuel Sarmento (IEC -

Procurando ser, o mais possível, fiel às formas discursivas por que se pauta a oralidade, a publicação daqueles comentários na primeira pessoa, e sob a sua forma original - diálogo -, mantém a “despreocupação” das réplicas que interrompidas, repetidas, retomadas, suspensas, continuadas⁵, os tornaram uma conversa informal em torno das problemáticas sugeridas em cada um dos filmes - crianças e família: relações familiares de parentalidade e paternidade; crianças e a justiça: relações entre os *menores*, o sistema de justiça e instituições; e, em todos eles, o debate entre os conceitos de adulto-criança socialmente aceites e a diversidade de imagens de crianças representadas. Mesmo sabendo de antemão que esta forma de devolver o contributo dos pontos de vista dos/as comentadores/as não dispensa o visionamento dos filmes em apreço, visa despertar o interesse pela problemática da infância.

1.ª SESSÃO

O Tambor

(*Die Blechtrommel*, Alemanha/França/Jugoslávia/Polónia, 1979)

Realização: Volker Schlöndorff

Baseado no romance homónimo de Günter Grass, “O Tambor” tem como personagem principal uma criança nascida na Alemanha em 1924 no seio de uma família pequeno-burguesa. Oscar vive a infância durante os anos de ascensão do nazismo (e não só, já que o filme acompanha vinte anos da história alemã) e no dia do seu terceiro aniversário, exactamente na época em que Hitler chega ao poder, recusa-se a crescer fisicamente, auto-provocando uma queda, aparentando nessa atitude uma rejeição da sociedade e da família. A partir desse momento, o seu corpo manter-se-á do mesmo tamanho e compleição e aprende a usar a voz para, com gritos estridentes, estilhaçar vidros de óculos, janelas, relógios, sempre que quer ou precisa

UMinho), Vieira Marques (ESE - Porto e Director do Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz), Isabel Alves Costa (Directora do Teatro Rivoli do Porto), Filipa Baganha (Professora do Ensino Secundário) e Fátima Vilas (educadora de infância, presidente, à data, da CNASTI)

⁵ Os diálogos mantidos entre os comentadores, que aqui aparecem, são uma transcrição parcial das gravações dos debates. Em alguns casos, foram feitas algumas alterações para tornar o discurso oral mais compreensível e para focalizar os assuntos em debate.

de contestar uma dada ordem ou situação. O mesmo acontece com um tambor que lhe foi dado de presente, do qual jamais se separara e insiste em tocar permanentemente, como que pontuando a hipocrisia familiar e a cadência dos acontecimentos históricos que arrastariam a Alemanha para a hecatombe. Sob as arribancadas de uma manifestação nazi, o menino e o seu tambor introduzem acordes na música tocada pela banda militar que são capazes de, dissonantes, provocar o espanto, em seguida, o riso e, mais adiante, a harmonia expressa na dança colectiva. À medida que os anos passam, Oscar revela, ao contrário dos adultos, imersos num quotidiano de frivolidade, uma aguda percepção do que se passa à sua volta. É precisamente o seu olhar prescrutante e impiedoso que desnuda um sistema social e político marcado pela decadência de valores.

Apresentação dos comentadores

Isabel Alves Costa, doutorada em Estudos Teatrais pela Sorbonne Nouvelle, Paris III (França), é actualmente directora do Rivoli Teatro Municipal do Porto, e directora do Festival Internacional de Marionetas do Porto. Foi professora de Expressão Dramática nos Cursos de Professores do Ensino Primário e Educadoras de Infância, ministrados nas antigas Escolas do Magistério Primário. É também (co-)autora de vários livros sobre educação de infância.

Manuel Matos é actualmente professor associado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, onde lecciona as disciplinas de Intervenção Comunitária e Psicossociologia da Formação de Agentes Educativos. Figura conhecida na área da formação de professores, foi director da antiga Escola do Magistério Primário de Aveiro.

Diálogo entre Isabel Alves Costa e Manuel Matos

Isabel Alves Costa - Eu estou muito perplexa. Como devem imaginar, este filme é tudo menos fácil de comentar porque é fundamentalmente uma metáfora da ascensão do nazismo alemão, um retrato de uma certa sociedade que foi vivida entre as duas guerras. Este personagem intrigante, o Óscar, muito rapidamente se apercebe daquele mundo estranho de adultos à sua volta, a partir dos próprios comentários daqueles, incluindo as expectativas que o pai deposita em si: *“ainda bem que é um rapaz, porque assim já está justificado o*

facto de nós trabalharmos como uns mouros já que mais tarde ele pode tomar conta da loja” Por isso, aos 3 anos, o Óscar decide que não quer pertencer àquele mundo de adultos e também que não quer crescer mais. Do ponto de vista da história que nos é contada neste filme, ele tem um projecto! E di-lo quando nasce: *“Eu só decidi não voltar para a barriga da minha mãe porque quero esperar pelos três anos para ter um tambor e tocar”*. Simula então um acidente - atira-se das escadas -, tendo o cuidado de salvar o tambor para que não fique estragado. Dá assim uma oportunidade aos adultos para encontrarem uma desculpa para o seu não crescimento e desinteresse em aprender. A única coisa que o interessa é “tocar tambor”.

Este filme é, a meu ver, o oposto de uma história que conta uma evolução no sentido da aprendizagem. O Óscar observa a vida de baixo, rente ao chão, é “um activo militante da sua condição de anão”. Ele é o gnomo diabólico dos contos, uma espécie de Polegarzinho ao contrário: os seus poderes mágicos não lhe vêm do lado do bem, do lado da luz, mas do lado do mal, do lado obscuro. Aliás, ele próprio se refugia sempre em sítios obscuros: debaixo da mesa, dentro do armário ou debaixo das saias da avó. Daí que esta criatura chamada Óscar - eu não consigo chamar-lhe uma criança - possa simbolizar na sua figura uma crítica evidente a tudo o que é o mundo adulto da hipocrisia, da religião, da política, etc. Um protesto (da) à própria infância que neste filme é completamente abolida pela insustentável paródia que molda a criança à vida.

Manuel Matos - Eu estou basicamente de acordo com a tua leitura do filme e do personagem, mas: o que é que o autor quis comunicar? Eu acho que este filme pode ser visto de duas formas: ou se trata de uma tese ou de uma hipótese. Eu defendo que se trata de uma tese, que significa a afirmação de uma posição sobre uma dada concepção da humanidade, dos homens e das mulheres em geral e das relações que eles têm entre si, mais do que de uma hipótese a partir da qual se pudesse imaginar um mundo diferente. Esta tese consiste em apresentar um destino humano sem alternativa, onde o Óscar representa a recusa deste mundo. Recusa-se a crescer exactamente porque não admite que a vida dos grandes possa ser aquilo que vê, e aquilo que vê é, de facto, o reino da hipocrisia, da incomunicação. A comunicação aqui não existe, não há aqui sentimentos elevados: as cenas passam-se entre o sexo, a comida e a guerra, numa espécie de circuito fechado entre o sexo, o ventre e o poder, sem que uma

dimensão mais elevada, um desafio, um projecto, possa ser admitida como valendo a pena. No fundo, o filme traduz muito uma visão biológica no sentido primário do termo, onde não parece estar apontado um lugar para a construção de valores sociais

Isabel Alves Costa - Essa é uma leitura! Mas numa tentativa de analisar o que para mim simbolizava esta figura do Óscar, a questão que se me colocou é que ele não é apenas um observador da situação, ele é um actor que condiciona a acção e move a história, onde não é inocente! Podemos pensar que o Óscar é um mero espectador que conta uma história que observa e recusa, mas ele não é só isso. Óscar é profundamente perverso em toda a sua acção, ao longo dos vinte e um anos em que se manteve com aquele corpo de menino de três anos. E isso é, para nós, espectadores, profundamente perturbador: vemos continuamente aquela cara de criança a fazer coisas terríveis como, por exemplo, meter o emblema do partido nazi na mão do pai, de um dos presumíveis pais, sabendo que isso poderia significar a morte dele.

Manuel Matos - É preciso articular isso com os *lilliput*. No mundo dos adultos, os *lilliput* não devem subir ao cimento que os adultos constroem. O mundo de *lilliput*, o mundo da criança, que é o mundo dos Óscar, é um mundo com outra lógica, da sobre-natureza: a natureza humana é aquela natureza cruel, completamente denunciada; a bela natureza é a natureza sexuada e a natureza do bem, a natureza que não é deste mundo. No filme, esta contraposição ajuda a perceber de que modo o ser humano e o mundo são ali representados sem solução. Óscar é perverso, mas a sua perversidade inscreve-se na própria lógica dos adultos. Ele é, no fundo, uma espécie de comentador, uma voz pública à laia do teatro grego. Concordo que Óscar desempenha um papel activo, que condiciona a acção, mas que a condiciona negativamente. Evidentemente, se dou relevo a este filme do ponto de vista da educação, estarei inclinado a concordar que o fundamental aqui é a falta de comunicação na relação: os adultos não o respeitam, e quando o amam, amam-no excessivamente.

Isabel Alves Costa - Na minha opinião, não o respeitam! Mas, por outro lado, é o Óscar que impõe regras. A primeira vez que o tentam contrariar, ele grita e descobre que aquele grito faz partir objectos que são valiosos para os adultos - tem ali uma arma absolutamente fantástica que lhe permite controlar

todos aqueles adultos Tal como toca desalmadamente no seu tambor, por exemplo, para contrariar a ordem estabelecida na escola ou no comício.

Manuel Matos - É! É que o tambor, metaforicamente, é um instrumento de rua, de praça pública, que tem como particular significado o chamar a atenção para alguma coisa importante É um instrumento de comunicação, de comunicação de eventos e, ao mesmo tempo, de perturbação, sendo que, do ponto de vista do Óscar, era o único instrumento que ele podia tocar sem ter que se submeter a uma disciplina social e artística.

Isabel Alves Costa - Por isso, Óscar não é um espectador passivo da situação. Aliás, o próprio discurso que é feito em *voz-off* tem esta particularidade ou esta indicação: tanto é dito “eu” - “eu decidi nascer” - como é dito “ele” - “era uma vez um tambor que se chamava Óscar” Portanto; umas vezes ele é actor, outras é espectador da acção

Esta ambiguidade com que o filme nos confronta também é visível, por exemplo, na cena em que os meninos obrigam o Óscar a comer aquela sopa de rãs que vimos como era feita Esta cena ainda acentua mais a perversidade do filme e a sua ambiguidade porque, de repente, são as verdadeiras crianças que fazem aquela atrocidade a alguém que já não é criança mas tem corpo de criança. Isso baralha-nos outra vez e quase nos remete para uma certa compaixão face ao Óscar, que naquele momento é vítima de uns meninos que, afinal, eles sim, é que são perversos Portanto, o filme está permanentemente a baralhar-nos!

Manuel Matos - Eu não sei se se pode reconhecer no comportamento da criatura uma perversidade, porque aquela figura é uma figura amoral, é uma figura completamente ambivalente, uma figura que nos desafia e, se calhar, é isso que incomoda no filme. Que mundo seria este se aquilo fosse possível? E, todavia, a condição dele como testemunha, a sua “perversidade” - porque não o é - é a outra face do comportamento que ele observa Que coerência pode haver no comportamento dos adultos, se eles têm o comportamento que têm? Como é possível ter outra atitude a não ser a de responder taco-a-taco, olho por olho, dente por dente, se, de facto, também os adultos funcionam assim? O papel dele só é moral na medida em que desafia, ou provoca, os adultos, representando um papel de amoralidade. Óscar encarna o amoralismo. Eu acho

que este filme é próprio de um tempo em que o que está em causa - e o que estará, hoje em dia, eventualmente, em causa - são os valores dominantes para além dos que cada um prossegue na sua relação imediata com a vida. Essa é que é a questão do filme! É uma espécie de apelo à consciência do espectador para o estilo de vida que o filme representa.

2.ª SESSÃO

O Ladrão de Crianças

(Il Ladro di Bambini, Itália, 1992)

Realização: Gianni Amelio

O filme reconstitui a viagem de um jovem polícia (Antonio) que acompanha duas crianças a caminho de um orfanato católico, onde lhes será recusada a entrada. Rosetta, de onze anos e o seu irmão Luciano vieram de um meio pobre e marginal e são consideradas crianças em risco pelo sistema judicial. Rosetta foi iniciada na prostituição pela mãe e esse facto constitui a razão principal das recusas das várias instituições para onde vão sendo sucessivamente encaminhadas. Durante a jornada, que dura vários dias, os três personagens acabam por desenvolver um relacionamento de amizade. A situação inicial de distanciamento do agente relativamente a missão que lhe foi confiada - deverá escoltar duas crianças de rua até uma instituição de acolhimento de menores - dará lugar, progressivamente, a uma cumplicidade que contém uma dimensão de implicação com ambíguas expressões de afecto e relações de poder. A revelação do lado infantil de António pode ser vista, por exemplo, como decorrendo de um dispositivo de espelho. Por outro lado, António defronta-se com uma inesperada maturidade das crianças, particularmente de Rosetta, que revela um tipo de saberes que se supõe ser exclusivo dos adultos.

Apresentação dos comentadores

Celina Manita é professora auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, investigadora do Centro de Ciências do Comportamento Desviante (CCCD) e integra a direcção técnica e científica do Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas (GEAV) do referido Centro

Cândido Agra é professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, tendo antes leccionado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, na área da Psicologia do Comportamento Desviante.

Diálogo entre Celina Manita e Cândido Agra

Celina Manita - Eu penso que o filme tem, sobretudo, a grande vantagem de nos lançar pistas. É um filme marcado por "inacabados": tudo acaba por ficar mais ou menos suspenso e são esses "inacabados" que podem dar pistas para a discussão quer sobre a questão dos opostos - a relação entre a polícia e os pressupostos marginais ou pré-delinquentes, neste caso, ou se calhar nem isso (também é uma questão que podemos debater) -, quer sobre os estereótipos. Acima de tudo, este filme é um agrupamento de vários estereótipos sobre o que será um conjunto de figuras, nomeadamente o que será a mãe que prostitui a filha, a criança que é prostituída, o polícia "durão" que se vai rendendo aos afectos à medida que vai conhecendo e se vai relacionando com as crianças. Há também o estereótipo da estigmatização que aqui se tenta retratar, mas sem nunca ser trabalhado: mal é apontada como alguém que se prostitui, a miúda é vista com outros olhos pelas pessoas, que se afastam. É este conjunto de imagens ou de estereótipos que pode servir para discutirmos e tentarmos perceber de que forma é que isto se pode cruzar, ou não, com realidades que são muito próximas das que temos em Portugal: o que é que poderia acontecer em Portugal a crianças que estivessem na situação em que estas se encontram no início do filme?

Não sei se todo o percurso que as crianças e o polícia realizaram de comboio, de barco, de automóvel e de camioneta era uma metáfora que o realizador pretendia dar ao filme: eles estão sempre em ligação, em comunicação e em mudança. O que aconteceria, qual seria o percurso ou qual seria a trajectória de dois menores nestas circunstâncias no nosso país? Será que este filme retrata a questão dos menores que, de alguma forma, são vítimas de algum abuso, de alguma exploração, vítimas de questões sexuais ou outras, ou será que, jogando nessa dualidade, entre o olhar que estigmatiza e a aparente facilidade com que a criança se rende e se abre, o filme não poderá deixar-nos uma imagem demasiado leve e demasiado bonita do que é o efeito, por exemplo, de uma prosti-

tuição durante dois anos, entre os nove e os onze anos, e que aqui aparece algo embelezada, quase como se não deixasse grandes marcas naquela personagem?

Cândido Agra - Estou de acordo com essas linhas de análise... Em termos de comentário geral, trata-se de uma história muito bem “pintada”, muito bem contada, mas romântica demais para quem conhece a crueza do comportamento desviante. Nós conhecemos as histórias do comportamento desviante, de menores ou de adultos, conhecemos as instituições e sabemos que não é nada disto! Até me lembrei de um texto que escrevi com o Dr. Luís Fernandes, que se chamava provocatoriamente “Os polícias nossos amigos”. Nesse texto, procurámos demonstrar que os polícias não são sempre cruéis, brutos e violentos; os polícias também podem ser nossos amigos. Este filme mostra com insucesso, bem entendido, que isto nunca aconteceria e o correctivo do polícia velho para o polícia mais novo tinha todo o sentido: ele não devia ter levado as crianças a passear. Mas com certeza que um polícia não faz coisas destas. Lembrei-me da altura em que fui educador em instituições próximas destas - a Casa do Gaiato, a Casa do Pina Manique e a Casa Pia de Lisboa -, tinha eu vinte e poucos anos, era da idade deste polícia. Também eu fiz um certo número de práticas educativas que levaram - ainda antes do 25 de Abril - à expulsão imediata da minha função de educador. E recorro-me de o director me dizer - eu usava os cabelos muito compridos e andava de sandálias - que só estes dois factos eram suficientes. Mas, para além disso, ainda saí com os miúdos no S. João, nas festas populares, para ver as marchas populares em Lisboa, e entrei às duas da noite. Sinto-me de algum modo identificado com este jovem polícia quando penso nas funções que exerci, não de polícia mas de educador, porque este polícia é um polícia-educador. Isto para dizer que há momentos em que a educação se mistura com o policiamento e há momentos em que o policiamento se mistura com a educação. Estas áreas, que durante muitos anos vimos como separadas, não o estão tanto assim.

A questão que então se põe é, para já, e em primeiro lugar, que este filme não existiria no final do século passado, porque a ideia de “menor em perigo” - a ideia de que os menores quando estão numa família podem correr riscos nessa família e de um tribunal poder dizer: “Esta criança está em risco, vamos retirá-la aos pais!” - não apareceu de um momento para o outro! Foram necessários debates, que levaram cerca de cem anos, sobre esta ideia - que estava

escrita no Direito Romano -, de os filhos serem pertença inalienável dos pais, para que, só no final do século XIX, princípios do século XX, na América e na Europa se dissesse: "Sim! Há situações em que o Estado, o sistema da justiça, pode e deve retirar as crianças" Portugal foi o primeiro país, ou dos primeiros países, a elaborar uma lei que se chama Lei da Protecção de Menores, em 1911, seguindo-se em 1912 a Bélgica com a Lei da Defesa Social. E isto não será por acaso... Eu li artigos de 1850, na área do Direito, em que havia jurisprudências sobre situações destas, em torno das quais os juristas se debatiam, mas a grande maioria defendia "Não! As crianças pertencem aos pais, não temos o direito, ninguém tem o direito de interferir no que se passa dentro da família" Aliás, assiste-se exactamente neste momento a um debate sobre esta filosofia de protecção do menor em risco um pouco por todo o lado, um pouco por todos os países que a adoptaram, desde o final do século XIX, princípios deste século.

No filme, esta história que nos parece muito simples e romântica, desinserida da realidade, pode levar-nos agora a reflectir um pouco mais, nomeadamente sobre este simples facto de se retirarem as crianças à família. Só a primeira cena já bastava: podia-se fazer um filme só sobre a primeira cena, só sobre o modo como se chegou até ali e comparar com o que se passava até 1911 no nosso país, quando não existia a Lei da Protecção de Menores. O que é que aconteceria a estas crianças? Segunda questão: que ideias há neste momento? Quais são os sistemas? É sempre a polícia que intervém? Neste momento, no nosso país, em Itália, na Europa, ainda é assim. Mas na América do Norte, nomeadamente no Canadá, já não há polícias que vão tirar os miúdos a casa! Se fosse no Canadá, neste momento, seria a assistente social, a Segurança Social, a ocupar-se deste problema, e não a justiça. Aliás, perguntava o polícia do filme: por que é que não veio a assistente social?

No nosso país, a Comissão de Reforma que foi nomeada pelo Ministro da Justiça⁶ propõe que haja mudanças e que, efectivamente, a prática vá no sentido de, para as crianças nestas situações, não serem polícias ou o Ministério da Justiça a fazê-lo, mas sim a Segurança Social! Devem ser os educadores, geral-

⁶ Refere-se à comissão que iniciou as análises sobre a questão em 1996 e que viria a propor a actual lei tutelar de menores.

mente com formação no comportamento desviante, a ocupar-se destas situações - filhos de pais alcoólicos, de toxicodependentes, de prostitutas, filhos de traficantes, ou traficantes-consumidores, crianças como as que o Dr. Luís Fernandes observou nos bairros do Porto onde há tráfico e consumo de drogas. Deve ser a Segurança Social, devem ser pessoas que têm formação em Ciências da Educação, e não os polícias. Esta é a grande mensagem que transmite este filme, porque é nesse sentido que as coisas se encaminham, segundo as propostas da Comissão.

Levanta-se aqui a questão do contacto: o problema da relação entre uma criança e um polícia ou o sistema de justiça; ou, como se diz tecnicamente, as instâncias formais de controlo, a chamada polícia. Toda a reflexão que teve lugar no Canadá foi no sentido de propor outro sistema que não o contacto com a polícia, com o juiz, etc. No nosso país, até há pouco tempo, estas crianças ainda viam o juiz! E há juizes que consideram que isso é bom e há quem defenda que não... Eu defendo que não; já há todo um conjunto de estereótipos e de estigmas que vêm do facto de as crianças serem - felizmente no filme isso não aconteceu - estigmatizadas e, elas próprias, viverem mal essa relação com o sistema da justiça.

Celina Manita - Enquanto o professor Agra estava a falar, lembrei-me do meu percurso quando trabalhava no bairro da Sé e comecei a contactar com prostitutas, crianças abandonadas, com aqueles que são considerados "o caixote do lixo" da Sé. Os próprios técnicos que lá trabalhavam diziam que as crianças eram sistematicamente rejeitadas por todas as instituições e, nomeadamente, pelas instituições religiosas ou vocacionadas para acolher e educar essas crianças. Aos poucos, "meti-me nas drogas" e depois cansei-me de "andar nas drogas" e passei para o crime, para aquilo que nas drogas tinha relação com o crime e agora constato, com "um pé no crime" e outro pé na intervenção junto do crime (é um pouco paradoxal mas é com estes dois objectos que tenho trabalhado), que voltei às vítimas com quem comecei a trabalhar há 8 ou 10 anos atrás. Muitas das vítimas têm a ver com questões de sexualidade e abusos sexuais - e há casos de miúdos que são vítimas de violação ou de abusos sexuais - ou aparecem envolvidas em situações de prostituição que são fruto de uma série de circunstâncias familiares e do meio. Mas, por causa das normatividades e dos desvios dentro das normatividades, queria destacar dois aspectos: por um lado, em deter-

minados contextos, a envolvência da criança na questão da prostituição é de tal forma já normativizada, se lhe podemos chamar assim, que não há esta separação nem esta reacção que se vê no filme em relação à miúda, de cada vez que os rapazes a tratam como prostituta. É quase como se isso fosse normal: havia na Sé, na altura em que eu lá estive, um circuito de multiplicação e de reprodução da profissão em que as filhas das prostitutas eram educadas, mantidas desde muito cedo nos bares onde iam aprendendo a atender os clientes e quase que se iniciavam na profissão automaticamente. E isso para elas não era problematizado enquanto prostituição: problemática era a relação sexual não desejada com os outros e não a questão da prostituição. Para uma miúda que foi colocada nesta situação por uma mãe ou por uma dada circunstância socio-familiar, mas que é olhada como se fosse prostituta, o que é preciso, por vezes, é um olhar de intervenção diferente. Senão, esse processo de vitimização de que são alvo estas crianças por parte das instituições de justiça e por parte da sociedade, essa segunda ou terceira vitimização é, por vezes, mais prejudicial para a sua recuperação relativamente ao que aconteceu do que o próprio acto em si ou a questão do internamento. Basta lembrar que o nosso olhar e a nossa forma de construir tudo o que se refere a esta questão da sexualidade são assuntos sistematicamente esquecidos.

Cândido Agra - Há uma normatividade dentro da desviância. E essa normatividade é aprendida! O Dr. Luís Fernandes utilizou um conceito que chama "exposição ao pó": miúdos de 7, 8, 9 ou 10 anos estão "expostos ao pó" e entram já na normalização da sub-cultura desviante fazendo, por exemplo, recados ao pai traficante: "*Vai levar uma oitava àquele fulano*". E leva, e depois traz de volta um charro. Isto acontece, e é preciso que as pessoas saibam disto e que o desenvolvimento se processa num contexto em que, naturalmente, uma criança se normaliza na vizinhança. Portanto, a ideia de que há, de um lado, o mundo das normas e, de outro, o fenómeno do desvio, não é verdade.

Mas gostava ainda de lembrar o seguinte: hão-de reparar que o realizador do filme não meteu as crianças na instituição! Mas isso ficou na cabeça de cada um de nós! Onde é que eles foram parar? Foram bater a várias portas e... "*Aqui são questões de saúde, não é doente, não pode ficar.*" Ora bem, se eu fosse realizador deste filme, teria encurtado mais o caminho daquela viagem e tinha-os mesmo metido na instituição, tinha-os internado. Se o filme for bem explo-

rado, constatamos que há uma resistência a interná-los! Claro que o realizador quis pôr tudo muito à maneira dele e com razão - não têm nada que ser internados, têm de ir para outro lado, não têm nada que ser da polícia, têm que ser educadores -, mas o que é certo é que, na realidade, são mesmo internados. É o que neste momento acontece em Portugal! Por isso é que eu disse que o filme foi muito romântico. Eu tê-los-ia metido na instituição.

Ora, em Portugal, para onde seriam encaminhados estes miúdos? Que instituição seria essa? Agora sou eu a fazer o filme. A vida destes miúdos dava outro filme, agora numa instituição. Quem iriam eles encontrar? Para já, iriam encontrar outros miúdos na mesma situação, por outras razões. Por exemplo, uns abandonados pelos pais, outros pela prática de pequenos delitos, furtos, roubos nos supermercados, nas mercearias. Mas iriam encontrar também alguns que pegaram na navalha e a meteram na barriga do pai ou da mãe. Ora, nessas instituições estão pré-delinquentes, crianças abandonadas, crianças em situação de risco ou menores com comportamentos desviantes sérios, eventualmente tendo praticado homicídios ou sobre figuras paternas ou sobre outros. Encontrei casos destes nos menores aqui no COAS⁷ do Porto; não estou a dizer nada que não tenha visto. Miúdos com estas problemáticas só não estão na cadeia porque estamos longe de 1911, porque se fosse antes, esses iam para a cadeia onde se misturavam os adultos com menores de 12 anos até aparecer a Lei da Protecção de Menores. Portanto, a Lei da Protecção de Menores tem as suas vantagens e a filosofia é esta: quer os que são abandonados, quer os que estão em situação de risco e não cometeram delito nenhum, quer aqueles que os cometeram, estão sob o mesmo chapéu, estão todos sob essa lei. Todos eles merecem ser protegidos e educados. A filosofia deve ser não repressiva mas educativa. Foram precisos também muitos anos, quase séculos, para que fosse aceite a ideia de que o menor que comete um crime não deve ser punido mas sim educado ou reeducado. Encontrei uma vez um juiz que me disse: "Re', professor, 're', quer dizer que eles já alguma vez terão sido educados, mas educação, nunca a tiveram! É o mesmo que 're-inserido'; quer dizer que eles já estiveram inseridos, mas nunca o foram!" Inicialmente, a ideia era de que era preciso puni-los. E ia acontecer o quê? Ia acontecer aquilo que nós encontramos nos nossos estu-

⁷ Centro de Observação e Acção Social

dos: um dos estudos que terminámos há dois anos mostra-nos que 50% dos delinquentes que estão nas cadeias (delinquentes, consumidores de drogas, adultos) passaram por estas instituições! Isto para dizer que a tendência da filosofia actual é: "Atenção! Atenção! Não vamos misturar estas crianças que estão abandonadas, estes menores em risco, porque são muito diferentes daqueles que matam o pai ou que saem da instituição de menores e roubam um autocarro!". Finalmente, ao fim de 90 anos, damos-nos conta de que será melhor reparti-los por instituições diferentes e com métodos diferentes; uns para a Segurança Social e outros manter-se-ão no sistema da Justiça: são as situações de delinquência. Mas mesmo aí se registaram mudanças nos últimos dez anos! Há países que já estão a desenvolver estratégias - as práticas de mediação - para jovens delinquentes menores de 16 anos que vão para estas instituições. Através de agências de mediação em que o mediador põe em presença, por exemplo, o jovem que roubou num supermercado e o respectivo proprietário e pede a um e a outro para se pronunciarem sobre a ocorrência. E ali, entre os três, combina-se a gestão de um programa que faça justiça (em alguns casos, ainda sob a tutela do Ministério da Justiça mas, noutros casos, já com agências paralelas). Portanto, o sistema da justiça é evitado através dessas práticas de mediação. Há mesmo menores delinquentes, daqueles que cometem delitos, que já não são internados, não passam por nenhuma instituição, passam sim por este processo. Um colega do Quebec, da Universidade de Montréal, que tem acompanhado estas novas práticas, contou-me um caso em que a vítima e o jovem delincente se tornaram amigos! Nesse caso, não foi necessário o sistema de justiça para que a justiça se fizesse e se estabelecesse mesmo uma relação humana que, tendo começado em sentido negativo - como acontece em situações destas, em que há sempre alguém que se sente vítima - acabou por evoluir no sentido positivo. Portanto, o sistema da justiça impede, muitas vezes, que as nossas tendências para perdoar e a nossa própria contribuição enquanto vítimas para a reinserção do delincente se desenvolvam.

Quem faz este trabalho de mediador? Pode ser um psicólogo, pode ser um jurista, pode ser alguém com uma licenciatura em Ciências da Educação. São práticas novas que estão a acontecer hoje, que hão-de chegar ao nosso país talvez daqui a vinte ou trinta anos. Portanto, ainda bem que o realizador não meteu as crianças na instituição. Mas o que é certo é que no nosso país iriam

para onde eu vos disse Poderiam ir para o COAS! O nome destas instituições tem variado, agora chamam-se colégios, mas no passado eram conhecidas pelo nome de Tutoria, "tuturia" como diz o povo Chamaram-se também casas de correcção, reformatórios . O problema é que não há instituições de encaminhamento. Aliás, segundo a lei não deviam estar no COAS mais do que três meses. Estariam para observação e depois seriam encaminhados para outros dispositivos da justiça de menores O que é certo é que eles não estão lá três meses, estão um, dois e três anos, porque não há instituições Lamentavelmente, não há sequer instituições de encaminhamento. Bem entendido, há situações em que como *ultima ratio*, como dizem os juristas, haverá muitas crianças a precisar de uma instituição Não sejamos ingénuos! Algumas também são devolvidas às famílias!

Mas tudo se está a organizar noutros países para que mesmo aqueles que têm maioridade, tal como os delinquentes menores de dezasseis anos, não vão para a prisão. A maioridade legal no nosso país atinge-se aos dezasseis anos, o que quer dizer que um menor é inimputável antes dos dezasseis e é imputável a partir dos dezasseis. Noutros países, está fixada nos dezoito anos, mas, em Portugal, os dezasseis anos mantêm-se na nova proposta de Reforma. Contudo, para jovens que cometem delitos até aos dezoito anos, há cada vez mais a tendência de não os enviar para instituições e os problemas serem resolvidos, na medida do possível, através desta nova filosofia que é a da mediação da conflitualidade.

Celina Manita - Numa outra perspectiva, os estudos sobre os últimos filmes portugueses que tiveram grande sucesso, como a "Zona J" e "Os Mutantes", têm concluído que, por um lado, os filmes traduzem representações sociais, angústias e medos que todos partilhamos mas, mais do que isso, têm quase uma função reparadora e tranquilizadora numa sociedade quase anómica de desordem, de caos, que se está a transformar e em que nós quase perdemos o sentido da existência. Não sabemos muito bem o que é que nos está a acontecer e interrogamo-nos muito sobre isso. Se calhar, é tranquilizador que nos filmes, pelo menos, as histórias tenham um fim que nós gerimos e conhecemos. O problema é que chegamos a um ponto em que esgotamos esse filão dos filmes tranquilizadores e, sistematicamente, temos no ecrã os heróis que, apesar de começarem mal, geralmente acabam bem, ou aquela figura mista

que hoje em dia existe muito ao nível da personagem dos polícias nos filmes, que é aquele polícia mais desviante até que os desviantes, mas que no fim acaba sempre por arranjar uma maneira de resolver o problema, mesmo que usando a mesma força e a mesma técnica dos desviantes. Se repararem, é uma imagem que vem crescendo: nos filmes, o polícia tradicional está em vias de extinção e agora temos o “mauzão” que bate, que agride, que foge às normas do sistema policial, mas é dessa maneira que resolve os problemas e, portanto, se calhar estas imagens híbridas e estes “mutantes” que temos vindo a criar são a única maneira que temos de confrontar um cinema ou uma imagem construída - que nos tranquiliza mas que já não consegue dar resposta às nossas inquietações - com o real, o quotidiano, em que os heróis não são heróis, e os inimigos não são inimigos. E nós já não sabemos muito bem onde é que nos situamos, somos algo “polícias” e algo “ladrões”

Cândido Agra - Queria salientar a sua ideia de que seremos todos polícias. As polícias tendem a diversificar-se. Não é só a Judiciária, a GNR e a PSP! Há um tipo de polícias que está a surgir noutros países, as “polícias de proximidade”, em que o polícia não anda na rua a ver quem tem o carro mal estacionado, a ver se há desacatos para repor a ordem. Não é isso. Por exemplo, numa situação como a que é retratada no filme, são-lhes entregues um certo número de famílias em risco e eles visitam essas famílias e procuram resolver os problemas. É quase um polícia-educador. Com certeza que existirão sempre os polícias tradicionais, mas também que nos vamos encaminhar para uma sociedade a que eu chamo de “doces controlos”. O que aqui vos quis dizer, a propósito da história da prisão, é que estamos numa sociedade disciplinar, mas já a caminho de uma sociedade pós-disciplinar de “doces controlos”. O sinal é esta emergência das novas polícias que se aproximam dos cidadãos, dão conselhos, visitam as famílias, etc., e que nós também queremos começar a aplicar cá em Portugal. Há, neste momento, no Ministério da Administração Interna, todo um programa de formação das polícias no sentido de as humanizar, no sentido de as aproximar mais da comunidade. E é com certeza em relação aos “doces controlos” que temos de nos defender e ver também os perigos que há, porque uma coisa que nos ensinou também Foucault é que não há estratégias sociais boas e estratégias sociais más, há sempre alguma perversidade em todo o controlo social. Quando ele é duro, isso é evidente, quando é doce

é mais difícil darmos conta dele. Perante os polícias “cor-de-rosa” ou os polícias de proximidade que aí vêm e que já existem noutros países, não fico tranquilo. De qualquer modo, se tivermos de ser todos polícias, eu gostava mais de ser dos “polícias nossos amigos” ou dos polícias de proximidade do que dos polícias “longínquos”

Celina Manita - Eu gostaria de voltar um pouco atrás, à questão das normatividades e dos desvios para a cruzar com a questão dos maiores e dos menores que, às vezes, não são uma coisa nem outra, e para vos falar da vivência em determinado tipo de contextos e situações. Eu, pessoalmente, tive várias perplexidades, logo quando comecei o trabalho no bairro da Sé. Em termos académicos, se calhar estava preparada para aceitar e para reflectir, o que era muito bom, mas não estava preparada com competências e com conhecimentos para “aquilo”. Comecei com coisas tão parvas como andar sempre a correr atrás das criancinhas com medo que elas se magoassem de cada vez que se atiravam dos muros; coisas que a gente, na nossa histeria “pequeno-burguesa”, aprende, porque é pressuposto que as crianças de três ou quatro anos caem e não têm a motricidade desenvolvida. mas nem sempre é assim! Estas pequenas perplexidades foram-se complexificando quando, por exemplo, eu trabalhava com miúdas de cinco, seis anos e elas me explicavam qual é a estratégia para levar um cliente a beber num bar de alterne, qual é a estratégia para seduzir, como é que se dança para suscitar maior ou menor interesse e depois como é que o homem faz quando chega ao quarto, e por aí fora. Ou quando tínhamos a inversão de papéis, como hoje em dia se verifica, quando vemos filhos menores, por exemplo, que fazem a aquisição das drogas e mantêm e gerem a casa, enquanto os pais, “toxicodependentes de fim de linha”, enfim, consumidores já terminais, estão em casa. A especialização à luz de práticas delitivas, a capacidade de se sustentar com esquemas dos mais variados, que nunca nos passariam pela cabeça, e mesmo a questão sexual que tem estado muito presente, confrontam-nos realmente a todos nós com um tipo de conhecimentos que não é o nosso e que supostamente não seria o daquelas crianças. E isto obriga-nos necessariamente a repensar o que é isso de ser criança. As reflexões que fiz e as perplexidades que tive de ir superando prendem-se sobretudo com a dicotomia entre a questão dos afectos e a questão da acção e da cognição. O que via ali eram crianças que, em termos de acção e de imple-

mentação de esquemas de resolução de problemas, se quisermos chamar-lhes assim, eram altamente especializadas, competentes, com um desenvolvimento muito avançado, mas cujo aspecto afectivo tinha que ser de certa forma deixado à margem para que as outras competências se pudessem desenvolver e, sobretudo, para que pudessem sobreviver num tipo de relação que não é a que está, digamos, ao nível do que seria supostamente o seu desenvolvimento. O jogo é aí. É a área em que se colocam mais desfasamentos e maiores perplexidades, porque relativamente à questão das afinações e das competências da acção facilmente a pessoa compreende que estão num meio de socialização, como o da “exposição ao pó”, nas palavras do José Luís Fernandes, em que é normal, é tudo “fixe” e se sabe fazer, se sabe os efeitos e se sabe usar - isso é uma questão de aquisição, se quisermos ser sintéticos, de competências de acção. Depois, o sentido destas acções é integrado numa existência mais ampla e a questão afectiva é que, se calhar, fica “congelada”. É por isso que depois é difícil superar as consequências quando há um “desbloquear” a esse nível. E aí, sou de opinião de que a intervenção é uma área que merecia um maior cuidado do que tem tido, pois há muito o hábito de fazer intervenções sem conhecer a realidade. “Destrói-se” muita coisa, tentando impor uma vontade de fazer, quando não se tem em conta a necessidade da adaptação ecológica a um dado meio e o nível de funcionamento das funções e estratégias de sobrevivência de menores e adultos. A maior parte das crianças que encontrei não tinha a noção de si como criança. Perguntava-lhes “o que é isso de ser criança?” e a maior parte delas não sabia, não se via em desenvolvimento, com determinadas características e condições de vida. Portanto, eu não encontrei com frequência ou desta forma e nesses meios esta noção de criança que é muito própria do desenvolvimento social.

Cândido Agra - Eu acrescentaria ainda à questão sobre o saber do menor e do poder sobre o seu acto, como diria Gérard Mendel, que fez aliás interessantes experiências nas escolas de Paris com miúdos de 11 anos, que ao nível do sistema da justiça de menores tem havido um debate não com essas noções mas em torno da ideia da irresponsabilidade e da ideia da responsabilidade. Porque toda a filosofia da protecção de menores supõe que a criança não tem poder sobre o seu acto, não pode controlar-se e, portanto, o seu comportamento é determinado por variáveis biológicas, desenvolvimentos psicológico-sociais,

etc. A ideia que subjaz a esta filosofia de protecção de menores que aparece, como disse, em finais do século passado, princípios deste século, é que tudo o que ocorre num menor, utilizando aqui o conceito jurídico de menor e não de criança, é determinado. É por isso que não se fez a distinção entre os menores delinquentes e os menores não delinquentes. Porque mesmo o delinquente também foi determinado; portanto, não é responsável e, por isso, estão todos na mesma situação. O que eles precisam é de determinações educativas que se sobreponham às determinações biológicas ou psicológicas. Daqui a ideia de irresponsabilidade. Ora, o que acontece hoje a propósito da revisão desta filosofia protectora é que um dos conceitos que está a emergir dentro destas discussões que procuram uma outra filosofia é, por exemplo, a mediação. Esta prática da mediação, quando aplicada na área dos menores, mostra que há já uma filosofia da responsabilidade e que, com certeza, há uma outra ideia, uma outra representação do menor, uma outra construção social da ideia de menor; neste caso, como sendo responsável. Mas também há outros que dizem: *“Em vez de utilizarmos essas práticas, por que é que não os metemos nas prisões? Se eles já sabem, se sabem fazer e são responsáveis, sabem o que estão a fazer.”* São responsáveis pelas asneiras que fazem porque fazer é também fazer asneiras, por isso há quem defenda nestas discussões: *“Ab sim? Então, vamos acabar com essa filosofia que achava que eles eram irresponsáveis, inimputáveis. Se são responsáveis, então tratemo-los como adultos.”* Portanto, neste momento, há também um retorno, uma vontade de retomar as práticas anteriores ao princípio do século - há quem defenda novamente a prisão para menores para certas situações! Há 10 anos, na Universidade de Genebra, num encontro sobre justiça de menores em que eu participava, encontrei um penalista, psiquiatra de formação psicanalítica, que me disse: *“Durante toda a minha vida trabalhei com o sistema de justiça de menores e cada vez que me aparecia um menor delinquente inimputável. inimputável. inimputável. Porquê? Por questões de desenvolvimento. complexo de Édipo mal resolvido, do qual ele não teve culpa. A partir daqui acabou, mudei a minha maneira de fazer as coisas. Alguns têm mesmo de ir dentro e têm de ser castigados e responsabilizados.”* Por conseguinte, a argumentação que nós possamos utilizar é uma arma de dois gumes, poderia servir para justificar o sistema clássico e a penalização. Com certeza que não é preciso esperar até aos 18 anos para se ter

a ideia do que é justo. Se um dia, nas sociedades ocidentais, os estudos da psicologia do desenvolvimento moral demonstrarem que nós temos a noção do bem e do mal mais cedo do que os 16 anos ou os 18 anos, a psicologia tem uma grande responsabilidade. Segundo os estudos de Gerard Mendel, sobre o poder do hábito, aquilo a que ele chama o “eu do político”, a responsabilidade pelos próprios actos e o poder sobre os seus actos é possível aos 11 anos.

Estava a lembrar-me de Habermas que tem uma bela obra sobre “Ética da comunicação” - de certeza que estas novas práticas da mediação passam por uma ética da comunicação em termos colectivos e não por uma ética individualista. Isto de ter a vítima de um lado, e do outro o delinvente, e ainda ter um terceiro - o mediador - é, efectivamente, a ética da comunicação a fazer-se na prática. De certeza que os elementos futuros da ética passarão por esta grande via para finalmente termos uma ética real contra a ética transcendental que vem na linha de Kant e que veio desembocar em Kohlberg. Na construção de uma ética e de uma justiça não há outra via senão a da comunicação, senão o agir comunicacional, como ele diz. Ainda outra coisa: em termos psicológicos, pareceram-me os polícias mais imaturos e os miúdos, sobretudo a rapariga, mais adulta. Portanto, o polícia revelou o lado “enfant”, o lado infantil e lúdico, e as crianças mostraram o lado adulto que estava nelas, o que faz pensar que com certeza nós vivemos numa sociedade que quer evitar a dor, o sofrimento, todas as situações-problema, dando-nos a ideia e a ilusão de que podemos viver numa mundo sem sofrimento, sem dor e sem morte e, se possível, criando a ideia de que somos eternos. Este filme mostra-nos que aquela situação de sofrimento por que passaram as crianças deu-lhes um lado adulto que os prepara para fazer face a muitas dificuldades que muitos adultos não serão capazes de vencer com a serenidade que eles têm. Efectivamente, encontram-se menores, crianças, com grande capacidade de resistência às frustrações, e encontramos adultos que não têm nenhuma capacidade de resistência às frustrações e que sucumbem à primeira dificuldade. São crianças grandes, que não cresceram, estou a falar do ponto de vista psicológico. É necessário que os que trabalham em educação saibam isso: há adultos, mas não é pelo facto de se passar dos 18 anos que nos tornamos adultos. Do ponto de vista psicológico podem não o ser e muitas vezes, infelizmente, não o são. Há menores que têm um lado adulto muito mais desenvolvido.

3^A SESSÃO

O'Mundo

(*Le Garçon*, França, 1993)

Realização: Maurice Pialat

Gerard e Sophie vivem juntos e têm um filho, Antoine. A cumplicidade de Gerard com o filho tem como contraponto uma relação turbulenta com Sophie, para quem o comportamento de Gerard é irresponsável e representa um mau exemplo para a educação da criança.

A presença de um novo companheiro na vida de Sophie é bem vinda por parte do "miúdo", assistindo-se entre eles a uma relação de tipo paternal que, por seu turno, não suscita reacções junto de Gerard, de quem, aliás, se torna também amigo. Por isso, Gerard visita frequentemente o seu filho em casa do casal, não se cobindo sequer de o fazer a desoras e sempre com um enorme espalhafato o que, se faz as delícias da criança que encontra no pai um parceiro à sua altura para brincar ao "faz-de-conta", leva ao exaspero da mãe. Como resultado, esta procura controlar a situação impondo ao filho o retorno à cama porque no dia seguinte terá de se levantar cedo para ir para o jardim de infância e repreende veementemente o pai que, incrédulo, parece não se perceber como causa de tanta perturbação.

Apresentação das comentadoras

Milice Ribeiro dos Santos é psicóloga e professora na Escola Superior de Educação do Porto e terapêuta familiar. É membro do Conselho Nacional de Família.

Teresa Seabra iniciou a sua actividade profissional como docente do ensino básico e é actualmente socióloga, docente no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas (ISCTE). Realiza investigação nos domínios da Sociologia da Educação e Sociologia da Família.

Diálogo entre Milice Ribeiro dos Santos e Teresa Seabra

Milice Ribeiro dos Santos - Para mim, este não é um filme sobre a infância. É sobretudo um filme sobre as novas famílias e sobre a paternidade. Todavia

apesar disso é um miúdo que lidera a estrutura do filme, as pessoas: é ele que comanda o filme. Este realizador, o Maurice Pialat, vem das artes plásticas, andou pelo teatro, fez muito documentário. E sente-se essa cultura existencial, porque este filme é filmado com a câmara a seguir os acontecimentos. Há uma grande liberdade da câmara, um jogo de câmara. Há muito pouco trabalho de montagem. Outra coisa interessante neste filme é a estrutura. Este filme (porque também é um filme-documentário) dá-nos pequenas cenas que estão um pouco descosidas. Há coisas que não são dadas no filme o que é contrário à “onda” - sobretudo o cinema americano - dos filmes com enredo, das histórias bem contadas. Neste filme, que é um pouco como a vida, são os pequenos flashes e ocorrências que introduzem os problemas da sociedade contemporânea: as famílias com padrastos, relações triangulares, vários sistemas familiares que se cruzam, a erotização, as problemáticas entre a sexualidade e a afectividade e a vida do casal; o homem na sociedade contemporânea e na paternidade. Vemos ali o retrato de um “homem Peter Pan” que não cresceu, que se recusa um pouco a crescer.

Na primeira parte do filme, temos um pai que é criança com o filho que é pequeno. Vêmo-lo, por exemplo, a fazer uma aliança com este e a dizer: *“Não digas à mãe que eu te levo de mota”*. Também o vemos chegar com aquele brinquedo (uma viatura), a meio da noite, procurando assim um certo poder sobre a relação do novo casal (o par: ex-mulher e companheiro). Observamos que ele impõe uma comunicação através de um estar muito infantil numa descoberta que vai fazendo com o filho. Assim, é interessante observar como todos entram naquele jogo de explorar um novo e imenso brinquedo oferecido às três da manhã, explorando simultaneamente outras formas de relacionamento e de gostar.

Temos, pois, um pai, que gosta mas não assume muito bem a paternidade, com algumas culpabilidades à mistura, mas que sente a necessidade de aproximação física e afectiva. É o oposto do filme de Wim Wenders, do “Paris-Texas”, em que o pai se auto-exclui, entrega a criança à mãe e vai-se embora. Há um fim oposto nestes dois filmes que reflectem a paternidade. De facto, na parte final, a seguir à morte do pai ele começa a compreender várias coisas e observamos como ele amadurece durante aquelas situações da doença-velório, ao lado da ex-esposa que o acompanha. Neste filme há uma comunicação muito forte,

ao princípio, mas há sempre uma tensão muito grande entre o estar e não estar, as partidas e as chegadas dos adultos, em especial, o pai. Mas até me parece que é o miúdo quem gere as ausências do pai e os reencontros. Não se sente que ele seja perturbado com isso, ele sente-se bem. Na parte final, o miúdo, que ao longo do filme está ali sempre, em todo o lado, naquele momento não está presente e passamos a ver que o ex-casal se reencontra e consegue comunicar e ter uma relação diferente, com uma calma que não se observa durante o filme.

Teresa Seabra - Eu pegava numa das ideias que a Milice lançou acerca da boa gestão que o miúdo faz das tensões que atravessam os próprios contextos familiares. De facto, o que se torna mais saliente para mim é confirmar que se sabe muito pouco sobre o que é que as crianças sentem nestes contextos de divórcio, de processo de recomposição familiar. A propósito das famílias recompostas, tem-se normalmente a ideia generalizada de que as suas relações são muito dramáticas e que as crianças são muito vítimas... Este filme recolocou a questão de que falta sabermos e conhecermos mais e, por isso, eu acho que valeria a pena ver e ouvir as crianças!

Uma leitura que me parece poder fazer-se é que apesar das dificuldades na relação do casal, a relação com o filho permanece inalterada, quer dizer, é que no fundo a intensidade da relação de qualquer um dos progenitores com o miúdo não foi maior ou menor, eu senti-a como um fio permanente onde não me pareceu sequer haver altos e baixos. A ideia que eu tenho é que a constante, que permaneceu ao longo de todo o filme, foi a ligação forte que não pareceu afectar-se, apesar dos problemas e de tudo ir variando entretanto. Por isso, eu acho que este filme é um bom pretexto para discutir as questões das guardas conjuntas e das paternidades que neste momento estão cada vez mais a ser ponto polémico e de debate.

Outra coisa que me ocorre é que eu comecei a ver o filme filtrando-o com o olhar da área onde tenho trabalhado mais: a da educação na família, as formas das famílias educarem os seus filhos. Comecei, portanto, a ver como é que estes pais lidavam com esta criança, o que é que faziam, que objectivos educativos teriam, que métodos usavam, etc. Apesar de nós não dispormos no filme, de referências explícitas ao seu grupo social, no sentido da classe social ser X, Y ou Z, temos vários indícios que nos remetem para o facto de se tratar de uma família de classe média, de pequena burguesia. Digamos que é uma família

típica nas suas formas de educar as crianças, e eu só queria tocar nisto porque, provavelmente, todos os que aqui estamos também estamos neste mundo, neste contexto; no fundo pertencemos a este tipo de famílias e achamos natural estes modos de educar: os diálogos, a forma de olhar a criança, a importância, por exemplo, dos jogos que quer o pai quer a mãe dão à criança, o participar, o jogo com um importante papel educativo e de desenvolvimento. Mas de facto este modelo familiar não é generalizado: é próprio e típico de um determinado tipo de famílias onde o divórcio é mais uma separação temporária, mais uma relativa separação. O mesmo se pode dizer do processo de recomposição familiar que também vai conforme o que está estudado. Claro que já sabemos que essas generalizações têm sempre excepções, mas do que está diagnosticado como sendo típico da relação que permanece ou se estabelece neste tipo de famílias é, por exemplo, a existência de relações entre o padrasto e o pai biológico, numa convivência em que todos parecem participar e terem as mesmas preocupações. Este “bom” clima é, no entanto, atravessado por imensas tensões que decorrem e persistem em situações de presenças e co-presenças dos diferentes membros destas “famílias alargadas”. Ora, estas tensões, típicas deste tipo de famílias, não são especialmente observadas neste filme. Portanto, estava a ver o filme e a pensar: “Isto é mesmo típico da classe média que nestes processos têm um comportamento típico”

Milice Ribeiro dos Santos - Este filme faz uma reflexão sobre as relações não estereotipadas do casal que são problemas da sociedade contemporânea e, de facto, se nós aqui pensássemos em termos sistémicos saber qual é o sistema familiar, é complicado! Porque os triângulos de adultos exibidos no filme têm uma relação forte, interação, acabam a ter uma relação de pertença. E vai na evolução da família que a Teresa frisou: o problema dos conflitos. Mas o que é isto de gostar e não gostar? Eu considero que das coisas mais terríveis é a gente pensar que deixa de gostar num dado momento. Raro é assim na vida, nunca ninguém se deixa, nunca se separa, as separações não são assim, as leis sociais é que nos levam a que nas indecisões e nos conflitos, ou quando há cortes, se corte mesmo, e muitas pessoas que se separam deixam de se ver. Esta história mostra a complexidade do gostar e questiona um aspecto que pouco se interroga pois nós assentamos de base que é bom ser fiel e que a fidelidade é um valor óptimo

Teresa Seabra - Eu só queria reafirmar a ideia de que nós, de facto, quando os pais se separaram, temos tendência para pensar logo: "a criança perdeu qualquer coisa" Eu própria, nós todos, podemos especular, neste caso, até que ponto quando a relação era dita normal, em que o pai estava em casa, a mãe estava em casa, ele estava com a criança nos bocadinhos de lazer, ao fim do dia, de três em três dias, ou não! Ou seja, no fundo temos muitas situações de conjugalidade dita "normal", nas quais a presença do pai não é muito maior ou pode não ser muito maior do que esta que vimos com um pai que está fora. Claro que aqui não podemos contar, não temos bem a noção dos dias que ele passou fora, se são muitos, não há aqui estatística sobre isso, mas eu acho que o que marca, realmente, a diferença, e o que faz, o que justifica aquela estabilidade do próprio miúdo, tem a ver com aquilo que disse: ele não perdeu a família! No fundo, as coisas não se alteraram profundamente. Ele acrescentou o leque de relações próximas que tinha com os adultos, não as confundindo - o próprio padrasto diz que ele sabe muito bem quem é o pai dele. O facto da criança não confundir estas relações como se poderia imaginar... conduz-me àquilo que disse no início: faz-me pensar que vale a pena sabermos mais sobre como é que as crianças vivem isto. Pode não ser tão violento e dramático como podemos supor, mas acho que não há estudos, acho que nos falta saber

Milice Ribeiro dos Santos - Eu penso que a família, realmente, se não muda (e se não muda criativamente), morre. E foi um pouco o que fez a família, que tem imensas competências e capacidade de se recriar, quando começou a sentir que tinha que mudar para continuar ser uma estrutura importante socialmente. Mas a família que temos hoje é uma família em processo de transformação, que está ainda a descobrir formas inusitadas de responder aos actuais desafios. E, de facto, eu penso que as separações são ocorrências significativas na vida dos adultos e das crianças, mas hoje muito banalizadas. O número de divórcios é muito grande: numa cidade como Paris, 50% de casais têm um divórcio, e em França é mais de 1/3. Nós estamos a recriar formas diferentes de vivenciar as situações e a descobrir, muito no dia-a-dia e mesmo teoricamente, que se não há transformações sobre a essência do que é uma família, ela morre.

Hoje, ser pai pode não ser fácil. A educação esteve centrada nas mulheres: foram as mulheres que educaram os filhos homens e que mediaram as relações entre os maridos-pais e os filhos. Elas estavam em casa e regulavam a vida

doméstica dos cuidados e dos afectos. As raparigas sabem tudo sobre a educação porque brincaram às casinhas, com as bonecas, porque tiveram muito tempo de observação de como é que as mães são mães. A família era estruturada de forma hierarquizada e os papéis tendiam a ser estáticos. Entrecruzam-se formas de ser família tradicionais e de contemporaneidade numa sociedade baseada no imediatismo, no bem-estar e na intimidade onde quando não se gosta se muda. A representação social da paternidade é valorizada, estamos numa época em que a descoberta de que os pais não foram educados para novos papéis gera inquietações mas também potencia criatividade.

Comentário final – Cristina Rocha

Estes diálogos estabelecidos a propósito de alguns filmes sobre a infância - um estado que ganha a sua objectividade enquanto antecedente de um outro, a adultez, o seu estado de destino -, introduzem uma brecha nesta continuidade sequencial que faz derivar lógica e cronologicamente o adulto da criança e convidam-nos a deter-nos com algum cuidado nesta polarização. Com efeito adultos e crianças desenham-se reciprocamente com base em traços que os configuram segundo um conjunto de desigualdades/diferenças naturais e sociais que tendem a considerar a infância o negativo da adultez.

A 2.ª sessão, “lançando-nos pistas” e “enredando-nos em “perplexidades” (segundo Celina Manita), obriga-nos a reconhecer a existência das *crianças-adultos* ou, por outras palavras, das crianças *não infantis* que povoam os universos sociais “marginais”. O que se torna relevante é que uma das formas de expressão da marginalidade destes universos é precisamente essa não sequencialidade instituída entre ser criança e ser adulto no seu quotidiano, sequencialidade acreditada na sociedade burguesa que os projecta para as instituições de normalização. Esta confusão de competências, no limite, obstaculiza a que as crianças se reconheçam a si próprias como tal (Celina Manita).

Por essa razão, é das perplexidades da própria Justiça que nos fala Cândido Agra (2.ª sessão), perplexidades, avanços e recuos na tentativa de construir e sustentar quer uma justiça de e para os *menores* - partilhando ideais educativos e conceptualizando os menores de idade como seres irresponsáveis, como

crianças a proteger e re-educar - quer uma justiça que sendo para os *menores*, perfilha ideais repressivos, responsabilizando-os, à semelhança dos adultos, como criminosos, sendo a penalização a expressão final para uns e outros

Por outro lado, somos convidados a deter-nos também na condição da infância simultaneamente como “testemunha” do outro mundo, o mundo adulto (Isabel Alves Costa, 1.ª sessão), testemunha incomodativa e desapiedada, e como “provocadora”, activa, condicionadora negativamente da acção sobre esse mundo (Manuel Matos, 1.ª sessão) O reconhecimento e o reforço da distinção entre dois mundos opera-se aqui com base na própria acção infantil, que contribui para a construção da sua condição como um lugar estratégico, à margem da maturidade adulta e que, num plano inferior, capitaliza as vantagens que resultam de um estado pré-social, metaforicamente representado pela proximidade com o chão Eternizar uma certa condição infantil neutralizando a continuidade sequencial (natural e social) que simultaneamente a liga e opõe à condição de adulto, eis o paradoxo em que nos encerra a 1.ª sessão

A participação positiva, “a boa gestão que o miúdo faz das tensões que atravessam os próprios contextos familiares numa família em processo de recomposição (Teresa Seabra e Milice Ribeiro dos Santos, 3.ª sessão), eis um outro exercício de *criança-adulto* na interacção com *adultos-criança* (o pai) Se há a possibilidade do exercício da condição paterna ser concomitante com o exercício da condição filial - ser pai do meu filho e filho dos meus pais - aquilo que é salientado nos diálogos é que esta situação pode conduzir a uma descontinuidade sócio-afectiva que se traduz num pai “muito criança na descoberta do filho” (Milice Ribeiro dos Santos) Assim sendo, surpreendemos nestes diálogos que ser adulto ou ser criança parece ser um estado interior, relativamente independente do estatuto social (ser pai ou ser filho) e da maturação biológica (ser criança ou ser adulto), independência que subverte a sequencialidade geracional entre os elementos de uma família

A perplexidade que atravessa este diálogos sobre a infância, que supõe o modo como a percebemos e nos relacionamos com ela, permite pôr em discussão a naturalização da infância como bio-classe construída por referência ao seu inacabamento biológico e um conceito de infância que abstraído da diversidade e heterogeneidade bio-psico-social da sua existência as singulariza pela universalização dos seus atributos enquanto grupo homogéneo e uniforme

que se impõe como categoria social legítima e distintiva da dos adultos. As pistas que a partir das imagens cinematográficas nos são lançadas pelos comentadores colocam-nos na rota das propostas teóricas da sociologia da infância que advogam o reconhecimento das crianças como actores. Nesta perspectiva não são só os adultos que produzem as crianças, mas também as crianças que se produzem como seres a partir do que lhes é proposto pelos adultos, sendo que nesta relação também os adultos são produzidos pelas crianças.